

**ACÓRDÃO Nº 66/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11869/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Policlínica João dos Santos Braga.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsável:** Sra. Edlian de Souza Barrozo Araújo - Ordenador de Despesa.
- 6- **Unidade Técnica:** DICAD-AM.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6768/2016-MP-EMFA, da Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas (fls.273/275).
- 8- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Policlínica João dos Santos Braga. Exercício de 2015.

Regularidade com ressalvas. Determinação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, em **divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas da **Sra. Edlian de Souza Barrozo Araújo**, responsável pela Policlínica João dos Santos Braga, no curso do exercício de 2015, nos termos do inciso II do art. 1º e inciso II do art. 22, dando quitação e condicionando-os ao atendimento do art. 24, c/c o inciso II do art. 72, todos da Lei Estadual nº 2.423/96;
- 9.2. **Determinar** à Policlínica João dos Santos Braga, nos termos do §2º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM, que:
 - 9.2.1. Observe o disposto no art. 70 da CF/88 (restrição nºs 05 e 04);
 - 9.2.2. Observe o disposto nos arts. 94, 95, 96 e 106, inciso II, da Lei nº 4.3020/64, a fim de que esta Unidade de saúde tenha um maior controle sobre seu Bens Patrimoniais;
- 9.3. **Determinar** à Controladoria Geral do Estado - CGE, que passe a emitir o Parecer nas Prestações de Contas dos Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta do Estado do Amazonas, inclusive com

RESTAURADO

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº 66/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

o necessário certificado de Auditoria, conforme disposto no inciso I do art. 2º, c/c a alínea “a” do art. 5º, todos da Resolução nº 5/1990-TCE/AM (restrição nº 05).

10- Ata: 1ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 31 de Janeiro de 2017.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Mario Manoel Coelho de Mello.

12.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

ALIPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral